

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NA INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS NEUROATÍPICAS

Mikaelly Cavalcanti Borges *

Diego Gomes da Silva Melo **

Larissa Torres Carneiro ***

Glauciana Bezerra de Souza Brasileiro ****

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a intervenção com crianças neuroatípicas, com foco nos desafios enfrentados por psicólogos na prática clínica e institucional. A partir de uma revisão teórica, discute-se o desenvolvimento humano sob diferentes perspectivas teóricas e a aplicação desses conhecimentos no atendimento de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), entre outros. Destaca-se a importância de uma abordagem que considere as singularidades do desenvolvimento atípico, respeitando os ritmos, contextos e subjetividades de cada criança. Além disso, são apontadas as principais barreiras enfrentadas por profissionais da psicologia, como lacunas na formação, falta de recursos e limitações institucionais. Conclui-se que a articulação entre teoria e prática é essencial para uma atuação psicológica mais humanizada, ética e eficaz, capaz de contribuir para o desenvolvimento integral e a inclusão social de crianças neuroatípicas.

* Bacharelado em Psicologia - FACHO; Especialista em Neuropsicologia - ESUDA; Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental - ESUDA; Mestranda em Neurociências - FICS. E-mail: Mikaelluborgesw3.@gmail.com

** Bacharelado e Licenciatura em Psicologia - FACHO; Especialista em Neuropsicologia Clínica – INAP; Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental – FAFIRE; Especialista em Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista e Atrasos do Neurodesenvolvimento – CEFAPP. Mestrando em Neurociências (FICS). E-mail: diegosilvamel070@gmail.com

*** Bacharelado em Relações Públicas, pela Escola Superior de Relações Públicas – ESURP; Licenciatura plena em Pedagogia, Fundação de Ensino Superior de Olinda – FUNESO; Pós-graduada em Docência no Ensino Superior, pela Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE; Pós-graduada em psicopedagogia, pelo Instituto Mineiro de Educação Superior – IMES; Pós-graduada em Neurociência, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales -FICS. E-mail: laracarneiro13@gmail.com

**** Bacharelado em Psicologia, pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda - FACHO; Mestranda em Neurociências, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS ; Pós-graduada em Intervenção ABA para Autismo e deficiência intelectual, pela Child Behavior Institute of Miami – CBI OF MIAMI; Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade ALPHA; Pós-graduada em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade ALPHA; Pós-graduada em Sexualidade Humana pelo Centro Universitário Celso Lisboa; Pós-graduada em Terapia Cognitivo Comportamental pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. E-mail: brasileirogal@gmail.com

Palavras-chave: Psicologia do Desenvolvimento; Transtornos do Neurodesenvolvimento; Intervenção Psicológica.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the contributions of Developmental Psychology to interventions with neurodivergent children, focusing on the challenges faced by psychologists in clinical and institutional practice. Based on a theoretical review, it discusses human development from different theoretical perspectives and the application of this knowledge in the care of children with neurodevelopmental disorders, such as autism spectrum disorder (ASD), attention deficit hyperactivity disorder (ADHD), among others. The importance of an approach that considers the singularities of atypical development is highlighted, respecting the rhythms, contexts, and subjectivities of each child. Furthermore, the main barriers faced by psychology professionals are pointed out, such as gaps in training, lack of resources, and institutional limitations. It is concluded that the articulation between theory and practice is essential for a more humanized, ethical, and effective psychological practice, capable of contributing to the integral development and social inclusion of neurodivergent children.

Keywords: Developmental Psychology; Neurodevelopmental Disorders; Psychological Intervention.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones de la Psicología del Desarrollo a la intervención con niños neuroatípicos, enfocándose en los desafíos enfrentados por los psicólogos en la práctica clínica e institucional. A partir de una revisión teórica, se discute el desarrollo humano desde diferentes perspectivas teóricas y la aplicación de estos conocimientos en la atención de niños con trastornos del neurodesarrollo, como el Trastorno del Espectro Autista (TEA), el Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH), entre otros. Se destaca la importancia de un enfoque que considere las singularidades del desarrollo atípico, respetando los ritmos, contextos y subjetividades de cada niño. Además, se señalan las principales barreras enfrentadas por los profesionales de la psicología, tales como lagunas en la formación, falta de recursos y limitaciones institucionales. Se

concluye que la articulación entre teoría y práctica es esencial para una actuación psicológica más humanizada, ética y eficaz, capaz de contribuir al desarrollo integral y a la inclusión social de niños neuroatípicos.

Palabras clave: Psicología del Desarrollo; Trastornos del Neurodesarrollo; Intervención Psicológica.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado um crescente interesse acadêmico e profissional acerca das especificidades do desenvolvimento infantil, especialmente no que diz respeito às crianças consideradas neuroatípicas. Essa terminologia, ainda em processo de consolidação no meio científico, vem sendo usada para designar indivíduos que apresentam padrões neurológicos e comportamentais distintos dos considerados típicos, abrangendo condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a dislexia, entre outros.

A partir de uma perspectiva que valoriza a diversidade neurológica e a singularidade do desenvolvimento humano, emerge a necessidade de repensar as práticas psicológicas voltadas para esse público, especialmente no contexto da infância.

É nesse cenário que a Psicologia do Desenvolvimento se destaca como uma área fundamental para a compreensão das múltiplas trajetórias de desenvolvimento e para a construção de intervenções mais eficazes, sensíveis e respeitosas às particularidades dessas crianças. Trata-se de um campo que investiga, de forma contínua e integrada, os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos do desenvolvimento humano, sendo indispensável para fundamentar ações de cuidado, apoio e promoção da autonomia de crianças com funcionamento neurodivergente.

Ao citar o termo “criança neuroatípica” se faz primordialmente necessário compreender o seu significado e utilização para consecutivamente debatê-los. Crianças “neuro-típicas” são aquelas que não possuem quaisquer problemas em seu desenvolvimento neurológico, já em contraposição, o termo “neuroatípicas” é utilizado para fazer menção e nomear sujeitos diagnosticados com TEA. É de conhecimento popular entre profissionais da área da saúde, a existência de outros

termos como “neurodiverso” e “neurodivergente”, os quais são utilizados para referir-se a uma categoria de pessoas com diferenças neurológicas variáveis (Pires, 2022).

No entanto, embora haja avanços teóricos e legais no reconhecimento dos direitos e das necessidades das crianças neuroatípicas, ainda são inúmeros os desafios enfrentados pelos profissionais da psicologia no momento de intervir de maneira ética, eficaz e interdisciplinar. Entre esses desafios, destacam-se as lacunas na formação, as barreiras institucionais, o preconceito social e as dificuldades de adaptação dos métodos às demandas específicas de cada caso.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para a intervenção com crianças neuroatípicas, com foco nos desafios enfrentados pelos psicólogos no exercício dessa prática.

A pesquisa pretende, ainda, evidenciar como os conhecimentos teóricos do desenvolvimento humano podem embasar estratégias de acolhimento e promoção da inclusão, considerando o potencial e a subjetividade de cada criança. A relevância deste estudo reside na articulação entre teoria e prática, favorecendo uma atuação mais humanizada e fundamentada, que contribua para o desenvolvimento integral das crianças neuroatípicas e para a valorização de suas diferenças como parte da diversidade humana.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Psicologia do Desenvolvimento: Fundamentos e Relevância

A Psicologia do Desenvolvimento é o campo de conhecimento que se dedica ao estudo das transformações e permanências que ocorrem ao longo da trajetória de vida dos indivíduos, desde a concepção até a velhice. Esse ramo da psicologia busca compreender as mudanças progressivas e sistemáticas que envolvem aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, bem como as constantes que garantem a continuidade da identidade pessoal ao longo do tempo (Maia, 2017).

De acordo com Papalia, Olds e Feldman (2006), citados por Piovesan *et al.*, (2018), a Psicologia do Desenvolvimento analisa o desenvolvimento das diversas funções psíquicas que integram a mente, tais como a percepção, a linguagem, o

raciocínio, a memória, as emoções e as relações interpessoais, considerando as influências genéticas, ambientais, culturais e históricas nesse processo.

Esse campo do saber reconhece que o ser humano é um ser em constante evolução, e que as experiências vividas em cada etapa da vida influenciam as fases subsequentes, sendo essencial entender não apenas o “o quê” se desenvolve, mas também “como” e “por que” esse desenvolvimento acontece (Maia, 2017,p.23).

Além disso, para Piovesan *et al.*, (2018) a Psicologia do Desenvolvimento destaca a importância da interação entre fatores internos (como predisposições biológicas) e fatores externos (como o ambiente familiar, escolar e social) na constituição do sujeito. Dessa forma, ela oferece subsídios valiosos para áreas como a educação, a psicopedagogia, a saúde e a assistência social, ao permitir intervenções mais eficazes e adequadas às necessidades específicas de cada fase do ciclo vital.

Para Biaggio (2009), citado por Piovesan *et al.*, (2018) a especificidade da psicologia do desenvolvimento humano está em investigar os fatores externos e internos que contribuem para as mudanças no comportamento em períodos de transição rápida. Bock, Furtado e Teixeira (2008) também citados por Piovesan *et al.*, (2018) afirmam que o estudo do desenvolvimento humano é uma condição para tentar responder condutas e comportamentos das diversas fases do desenvolvimento.

Assim, podemos definir o desenvolvimento como um processo contínuo e ininterrupto em que os aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais se ligam, se influenciam e produzem indivíduos com modos de pensar, sentir e agir diferentes uns dos outros. Dessa forma, a Psicologia do Desenvolvimento pode ser definida como a área que estuda o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos: físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social, compreendendo desde o nascimento até o fim da vida (Bock; Furtado; Teixeira, 2008, *apud* Piovesan, *et al.*, 2018).

2.2 Teorias Clássicas do Desenvolvimento Infantil

A forma de pensar o desenvolvimento humano tem se dado de diferentes maneiras ao longo da história da Psicologia desde sua fundação por Willhem Wundt em 1816. Esta ciência em seu processo de construção no seio de intensas

transformações econômicas, políticas e sociais, tem gerado múltiplos enfoques e, por conseguinte, diferentes visões sobre o homem em sua constituição física, mental e afetivo-social (Xavier; Nunes, 2015).

Palacios (2005) citado por Xavier e Nunes (2015) destaca a amplitude, a flexibilidade e o pluralismo como marcas da Psicologia Evolutiva contemporânea. Não é por acaso, o amplo leque de abordagens que detém o seu olhar sobre o desenvolvimento, levando-nos a perceber a complexidade do mesmo. Neste sentido, apresentaremos a síntese das principais teorias psicológicas que versaram sobre o tema, dando ênfase, em cada uma delas, ao período da adolescência.

Para os autores, a teoria psicanalítica de Sigmund Freud representou uma verdadeira ruptura com o racionalismo predominante na ciência do final do século XIX, que via o ser humano como essencialmente lógico, consciente de seus atos e plenamente capaz de controlar a si mesmo e o mundo à sua volta. Freud desafiou essa visão ao propor que boa parte do comportamento humano é guiado por forças inconscientes, inacessíveis à razão, e que influenciam profundamente pensamentos, emoções e ações. Com base em suas observações clínicas, especialmente no tratamento de pacientes histéricos, ele desenvolveu os conceitos fundamentais que embasaram a primeira tópica da mente — uma das principais contribuições iniciais à psicanálise — composta pelas instâncias: consciente, pré-consciente e inconsciente (Xavier; Nunes, 2015).

O consciente refere-se à parte da mente que contém tudo aquilo de que temos plena consciência no momento presente, como sensações, percepções e pensamentos. O pré-consciente é composto por conteúdos não imediatamente acessíveis à consciência, mas que podem ser recuperados com algum esforço, como memórias e conhecimentos armazenados (Xavier; Nunes, 2015).

Já o inconsciente, de acordo com os autores, núcleo central da teoria freudiana, abriga desejos reprimidos, experiências traumáticas, impulsos primitivos e conteúdos incompatíveis com os valores morais e sociais do indivíduo, elementos que, apesar de ocultos, exercem poderosa influência sobre o comportamento humano. Para Freud, compreender essa estrutura era essencial para interpretar os conflitos psíquicos e os sintomas neuróticos, pois somente ao trazer à consciência esses conteúdos reprimidos, seria possível alcançar a cura por meio da análise (Xavier; Nunes, 2015).

Ao postular que a maior parte da nossa atividade psíquica é de natureza

inconsciente, Freud nos fez enxergar que não conhecemos nossos desejos, motivos, atitudes, sentimentos, pensamentos tão bem como acreditávamos. Assim, colocou em dúvida a tão festejada preponderância da razão no desenvolvimento humano. Com isto, Freud resgata para o campo do fenômeno psicológico a importância dos aspectos afetivos (Xavier; Nunes, 2015).

Para Figueiredo (2004), citado por Souza e Veríssimo (2015), nenhum sistema teórico expressou de forma mais clara e profunda a falência do sujeito moderno do que a psicanálise. Esta teoria revelou os limites das pretensões modernas de um sujeito autônomo, autocentrado, plenamente consciente de si e capaz de controlar racionalmente suas ações por meio da força de vontade. Freud, ao introduzir o conceito de inconsciente, desestabilizou a noção tradicional de sujeito soberano e transparente, ao demonstrar que grande parte dos desejos, impulsos e motivações humanas escapam à consciência e à racionalidade.

Nesse sentido, Souza e Veríssimo (2015) refletem que a psicanálise escancara a fragilidade do ideal iluminista de um sujeito guiado unicamente pela razão e pelo controle sobre si mesmo. Ao contrário dessa visão, ela propõe um sujeito dividido, atravessado por conflitos internos, pulsões ambíguas e desejos reprimidos, que influenciam suas escolhas e comportamentos de maneira inconsciente. Assim, o sujeito moderno, antes visto como senhor de seu destino e protagonista de sua história, é revelado como um ser em constante disputa interna, marcado por contradições e ambivalências que o afastam da ideia de plena autonomia e clareza sobre si.

Essa crítica profunda ao modelo racionalista de sujeito teve impactos não apenas na psicologia, mas também na filosofia, nas ciências sociais e na educação, ao introduzir a necessidade de considerar a complexidade da subjetividade humana e a importância das dimensões afetivas, inconscientes e simbólicas na formação do indivíduo. Desse modo, a psicanálise contribui para uma leitura mais realista, humana e sensível da condição do sujeito na contemporaneidade (Souza; Veríssimo, 2015).

A epistemologia genética de Jean Piaget: preocupou-se em explicar como, ao longo da vida, o homem vai construindo suas estruturas de pensamento, partindo de níveis de pequena complexidade, típicos de um bebê, para níveis tão complexos como a capacidade de pensar abstratamente, inclusive, produzindo grandes avanços científicos (Xavier; Nunes, 2015).

O foco de suas investigações passa a ser então, a compreensão da relação entre aquele que conhece e os objetos do conhecimento. Por exemplo, entre o bebê que está descobrindo o mundo, as pessoas e objetos. Para Piaget, o conhecimento se refere à ação do sujeito de estruturar, organizar e explicar o mundo a partir das suas vivências e experiências (Xavier; Nunes, 2015).

Deste modo, o conhecimento é construído na permanente interação indivíduo nas quais interage; entre o adolescente e os múltiplos desafios que lhe são postos pelo avanço de suas estruturas de pensamento e pela ampliação das relações sociais/afetivas nesta etapa da vida. Apoiado na Psicologia, Piaget escolheu o método clínico, caracterizado pela proposição de situações problemas aos sujeitos pesquisados (Xavier; Nunes, 2015).

Desta forma, ele estudou a evolução do pensamento e da moralidade, observando o modo como crianças e adolescentes, em diferentes idades, solucionavam diversos testes, experimentos e exercícios. Constatou, então, que a criança e o adulto embora possuam níveis diferentes na capacidade de conhecer, utilizam os mesmos mecanismos cognitivos (Xavier; Nunes, 2015).

2.3 Crianças Neuroatípicas: Conceito e Características

Ao citar o termo criança neuroatípica, torna-se primordial compreender, inicialmente, o seu significado, sua origem e a forma como é utilizado no contexto educacional, clínico e social, para que seja possível debatê-lo com propriedade. A expressão surge como uma alternativa mais inclusiva e respeitosa para nomear indivíduos cujo desenvolvimento neurológico não segue os padrões considerados típicos ou esperados pela sociedade (Ponte *et al.*, 2022).

De forma geral, os autores comentam que, considera-se como crianças neurotípicas aquelas que não apresentam alterações significativas no seu desenvolvimento cognitivo, emocional, sensorial e comportamental, ou seja, que se desenvolvem dentro dos parâmetros esperados para sua faixa etária, sem a presença de transtornos do neurodesenvolvimento (Ponte *et al.*, 2022).

Em contraposição, o termo neuroatípicas é comumente utilizado para fazer menção a crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), embora seu uso também se estenda a outros quadros clínicos, como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia, síndrome de Tourette, entre

outros. Trata-se, de uma categoria ampla, que reconhece a diversidade de trajetórias e funcionamentos cerebrais, desafiando a visão reducionista e patologizante que, por muito tempo, predominou nos discursos científicos e sociais (Ponte *et al.*, 2022).

Além disso, é importante destacar que, no campo da saúde e da educação, outros termos como neurodiverso e neurodivergente têm ganhado espaço, especialmente no contexto das discussões sobre inclusão e respeito à diferença. De acordo com Pires (2022), tais expressões integram uma abordagem mais contemporânea e humanizada, que valoriza as múltiplas formas de ser, aprender e interagir com o mundo.

Para o autor, neurodivergente refere-se a pessoas cujas funções neurológicas divergem da norma majoritária, enquanto neurodiversidade é um conceito político e científico que reconhece que essas variações não são doenças, mas formas naturais de diversidade humana. Assim, falar de crianças neuroatípicas é também reconhecer a necessidade de práticas educativas e sociais que respeitem suas singularidades e favoreçam sua inclusão em todos os espaços (Pires, 2022).

Muitas pessoas assumem e se identificam com a nomenclatura ou termo neurodiversos, incluindo pessoas com: transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), síndrome de Tourette, depressão, dislexia, dificuldades intelectuais, esquizofrenia e entre outros mais. Esses conceitos ampliam a visão sobre as características individuais, que podem ser vistas como diferenças e não como déficits. Uma criança com alterações de aprendizado e raciocínio, por exemplo, é neurodivergente, pois o seu funcionamento escapa ao esperado (Pires, 2022).

Para Bolsoni; Bolsoni; Macuchi (2021), o conceito de Neurodiversidade ou Neuroatipicidade postula que diferenças neurológicas, isto é, conexões neurológicas atípicas fora dos padrões ideais perpetuados na e pela sociedade, devem ser compreendidas como quaisquer outras particularidades humanas, e não como doenças/déficits a serem tratadas e curadas. Nessa concepção, o autismo, a dislexia, a discalculia e o Transtorno de Déficit de Atenção Hiperatividade (TDAH), por exemplo, são vistos como condições que caracterizam a personalidade e a individualidade do sujeito.

Assim, a autora referencia que as conexões neuroatípicas são consideradas uma parte importante constitutiva da psique do ser humano, logo, não há distinção entre transtorno e indivíduo, o qual se denomina neuroatípico, pois, aquele

corresponderia à apenas mais uma face do seu modo de ser (Bolsoni; Bolsoni; Macuchi, 2021).

Conforme os autores, principiar a temática sobre as garantias legais às pessoas neuroatípicas é buscar desenvolver, antes de tudo, uma compreensão histórica e social da forma como essas pessoas foram percebidas ao longo do tempo. Durante séculos, indivíduos com características neurológicas divergentes foram frequentemente marginalizados, estigmatizados e excluídos dos espaços sociais e institucionais, sendo muitas vezes privados de direitos fundamentais e tratados como incapazes ou invisíveis perante a legislação.

Com o avanço das ciências humanas e da saúde, bem como o fortalecimento das lutas sociais por direitos e reconhecimento, passou-se a construir uma nova percepção da condição humana do sujeito neuroatípico, reconhecendo sua dignidade, autonomia e potencialidades (Bolsoni; Bolsoni; Macuchi, 2021).

Esse resgate histórico e cultural é essencial para que se compreenda a necessidade da consolidação e ampliação das garantias legais destinadas a esse grupo, especialmente no que diz respeito à inclusão social, ao acesso à educação, à saúde, ao trabalho digno e à convivência comunitária plena. A Constituição Federal de 1988, com sua proposta inovadora e humanizadora, representa um marco fundamental nesse processo (Bolsoni; Bolsoni; Macuchi, 2021).

Nesse contexto, torna-se evidente que garantir direitos a pessoas neuroatípicas não se trata de um favor ou concessão, mas de uma exigência constitucional e ética, que visa concretizar os princípios de justiça social e respeito à diversidade. Como afirmam Bolsoni, Bolsoni e Macuchi (2021), é a partir desse arcabouço jurídico que se pode edificar políticas públicas mais inclusivas e eficazes, capazes de assegurar a verdadeira cidadania a todos os indivíduos, independentemente de suas condições neurológicas. A promoção de maiores e melhores garantias legais é, portanto, um compromisso com a equidade e com o reconhecimento da pluralidade humana como um valor inegociável de uma sociedade democrática e civilizada.

Segundo a World Health Organization (1992) e a American Psychiatric Association (2003) citados por Pires (2022) o Transtorno do Espectro Autista atualmente compõe o grupo de transtornos do neurodesenvolvimento. Entre os sintomas centrais compartilhados por este grupo de transtornos, podemos citar o comprometimento em três áreas comuns ou específicas do desenvolvimento, sendo

elas: déficits de habilidades sociais, déficits comprometimento em habilidades comunicativas (verbais e não-verbais) e a presença de comportamentos ou interesses restritos, repetitivos e estereotipados.

Para Miranda (2019), a educação inclusiva, como proposta pedagógica e política educacional, busca romper com as fronteiras físicas, atitudinais e pedagógicas que, historicamente, segregaram os estudantes com deficiência ou com necessidades específicas em espaços apartados do ensino regular. Ela propõe a construção de uma escola verdadeiramente democrática e plural, onde todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou comportamentais, possam aprender juntos, respeitando-se as particularidades de cada um.

Nesse cenário, a sala de aula regular torna-se um espaço de convivência e de trocas enriquecedoras entre estudantes neurotípicos e neuroatípicos, surdos e ouvintes, cegos e videntes, entre outros, promovendo não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento de valores como empatia, solidariedade, respeito às diferenças e cooperação (Miranda, 2019).

Essa perspectiva inclusiva desloca o foco do estudante para a estrutura e a organização da escola, atribuindo à equipe pedagógica a responsabilidade de garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos. Isso exige que professores, gestores e demais profissionais da educação estejam atentos às especificidades dos sujeitos em sala de aula e se comprometam com a elaboração de estratégias didáticas diversificadas, acessíveis e eficazes, capazes de atender às múltiplas formas de aprender e de se expressar (Miranda, 2019).

Conforme destacam Santos e Ramos (2021), cabe à equipe escolar o compromisso ético e pedagógico de reconhecer essas diferenças como parte da normalidade humana e, a partir delas, promover práticas que rompam com o modelo homogêneo e excludente que ainda persiste em muitos contextos escolares.

Nesse sentido, para Miranda (2019), a educação inclusiva não se limita à presença física do aluno com deficiência na escola, mas implica a efetiva participação, aprendizagem e valorização de sua identidade e potencialidades. Ela desafia o sistema educacional a se reinventar continuamente, a partir de princípios como a equidade, a acessibilidade, o currículo flexível e a formação docente crítica e sensível à diversidade. Trata-se, portanto, de um compromisso coletivo com uma

educação de qualidade para todos, que reconhece e celebra a diferença como um direito e uma riqueza para o processo educativo.

Muito se tem escrito e teorizado sobre esse tema, focando-se nos aspectos práticos e teóricos dessa questão. A perspectiva histórico-cultural tem sido uma base importante para o modelo social da deficiência na busca por práticas efetivas de inclusão dos diversos sujeitos, especialmente pelos escritos de Lev S. Vygotsky, psicólogo soviético que auxilia na reconstrução do sistema de ensino especial de seu país, e dos fundamentos da defectologia - estudos da deficiência (Diniz, 2007, *apud* Santos; Ramos, 2021).

Em seus textos, Vygotsky (1999) postula uma abordagem inovadora para compreender e intervir nas experiências de pessoas com deficiência, afastando-se do modelo biomédico tradicional, que se baseia na comparação entre indivíduos e na busca pela reabilitação daquilo que é considerado um “déficit” individual. Ao contrário dessa lógica patologizante, centrada na ideia de normalidade como referência universal, Vygotsky (1999) propõe uma leitura sociocultural do desenvolvimento humano, na qual as limitações não são vistas como obstáculos absolutos, mas como condições que podem ser ressignificadas e superadas a partir da mediação social, das relações interpessoais e do ambiente cultural (Santos; Ramos, 2021).

Em sua perspectiva, os autores explicam que o sujeito com deficiência não é um ser incompleto, mas sim um ser em desenvolvimento, com potencialidades a serem promovidas por meio de práticas educativas adequadas e contextos sociais inclusivos. Essa visão vygotskyana rompe com as crenças limitantes de incapacidade e deficiência como impedimento, e oferece as bases para o que se convencionou chamar de modelo social da deficiência, abordagem que tem influenciado significativamente a formulação de políticas públicas, práticas educacionais e produções acadêmicas no Brasil. Diversos autores contemporâneos, como Barroco (2007), Diniz (2007) e Bisol, Simione e Sperb (2008), citados por Santos e Ramos (2021), reafirmam esse legado ao analisar a importância da dimensão histórica e cultural na constituição do sujeito com deficiência, defendendo que as barreiras impostas pela sociedade e não apenas as condições orgânicas são os verdadeiros limitadores da inclusão e da participação.

Para tanto, embora esse referencial já tenha sido amplamente adotado em estudos sobre deficiência física, visual, auditiva e intelectual, ainda são menos

comuns os trabalhos que buscam articular essa perspectiva sociocultural com os sujeitos diagnosticados com TEA. A especificidade do autismo, com suas particularidades sensoriais, comunicacionais e comportamentais, muitas vezes conduz à manutenção de um olhar clínico e normativo, dificultando o avanço de práticas educativas verdadeiramente inclusivas e sensíveis às singularidades desses sujeitos. Por isso, é urgente ampliar o debate e investir em abordagens que, à luz do pensamento vygotskyano, reconheçam o potencial de aprendizagem, de interação e de construção de sentido das crianças e adolescentes com TEA, valorizando suas formas próprias de perceber, sentir e interagir com o mundo (Santos; Ramos, 2021).

Isso se deve em parte pela não teorização específica de Vigotski sobre o tema, visto que na época do autor os estudos com essa população eram dispersos e ainda não havia uma compreensão conceitual sobre. Apesar disso, acreditamos que os fundamentos da perspectiva histórico-cultural permanecem coerentes e pertinentes para a inclusão dessa população, sendo esse texto uma explicitação dessa relação (Santos; Ramos, 2021).

2.4 Desafios Profissionais na Intervenção com Crianças Neuroatípicas

No contexto brasileiro há profissionais de saúde e educação que trabalham com crianças neuroatípicas, tais como médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e pedagogos, tanto no setor privado, como no setor público. O Sistema Único de Saúde (SUS) incorpora diretrizes que norteiam a atuação dos profissionais de saúde quanto aos cuidados à saúde dessas crianças (Ministério da Saúde, 2014, *apud* Junior; Maia, 2024).

Contudo, os autores explicam que o cenário multiprofissional tem sido permeado por desafios e fragilidades, o que inclui a escassez de profissionais com formação qualificada, dificuldades de acesso aos serviços pelas famílias mais vulneráveis, identificação e diagnóstico precoce e dissensos teóricos a respeito do tratamento das crianças neuroatípicas (Gomes *et al.*, 2015; Oliveira *et al.*, 2017, *apud* Júnior; Maia, 2024).

Nesse contexto das equipes multidisciplinares que atuam com pessoas neuroatípicas, o profissional de psicologia exerce um papel de extrema relevância, tanto no processo de avaliação psicológica quanto nas etapas de intervenção,

acompanhamento terapêutico e promoção da inclusão social e educacional. Sua atuação é fundamental para a compreensão global do sujeito, considerando aspectos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais que interferem diretamente em seu desenvolvimento e em sua qualidade de vida (Silveira, 2024).

No contexto educacional, por exemplo, o psicólogo pode colaborar com professores, gestores e famílias na elaboração de estratégias que favoreçam a adaptação curricular, a mediação de conflitos e o fortalecimento dos vínculos afetivos e pedagógicos. Já no campo clínico, sua contribuição envolve a escuta qualificada, o diagnóstico precoce de transtornos do neurodesenvolvimento e o planejamento de intervenções individualizadas que respeitem as singularidades de cada sujeito (Silveira, 2024).

Além disso, o psicólogo tem papel essencial na sensibilização e capacitação de outros profissionais da saúde e da educação, ajudando a construir uma cultura institucional mais acolhedora e inclusiva, baseada no respeito à diversidade humana. A escuta ativa, o trabalho interdisciplinar e o compromisso ético com o bem-estar do indivíduo são pilares que sustentam essa atuação. No entanto, apesar de sua importância reconhecida nos discursos acadêmicos e nas normativas que regem os serviços de saúde e educação, ainda há uma significativa escassez de dados sistematizados sobre a prática efetiva desses profissionais com o público neuroatípico no contexto brasileiro (Silveira, 2024).

Faltam estudos que analisem com profundidade como se dá a inserção do psicólogo nas redes públicas e privadas de atendimento, quais metodologias estão sendo empregadas, quais são os desafios enfrentados na prática cotidiana e quais são os impactos reais dessas intervenções na vida dos sujeitos e suas famílias. É preciso avançar na produção de conhecimento que subsidie a atuação crítica, reflexiva e tecnicamente qualificada desses profissionais, especialmente no que se refere ao atendimento de pessoas com TEA, TDAH, dislexia, entre outras condições que integram o espectro da neurodiversidade. Dessa forma, será possível contribuir de maneira mais efetiva para a construção de práticas inclusivas, éticas e transformadoras (Silveira, 2024).

De acordo com Silva (2024), a inclusão educacional e social não é tarefa fácil. Ela exige a erradicação de barreiras sociais, arquitetônicas e atitudinais geradas pelas desigualdades de gênero, de classe, de deficiências e transtornos. A inclusão demanda respeito às diferenças, requer empatia e o respeito ao direito de igualdade

de oportunidades de educação, saúde, trabalho e lazer. A prática inclusiva, que precisa começar no seio familiar, oferece a confiança, o encorajamento e a persistência que a criança precisa para se sentir segura no convívio social.

Sendo assim, ao chegar na escola, ela pode se sentir mais confortável e tentar se adaptar a esse novo espaço, onde as perspectivas e cobranças serão diferentes e até mais exigentes. A criança com dificuldades psicomotoras também vai brincar, explorar o espaço escolar, conhecer novos rostos, receber sorrisos, dividir as atividades em grupos, prestar atenção na explicação do professor e aprender. Contudo, suas especificidades podem limitar sua aprendizagem (Silva, 2024).

A criança pode sentir dificuldade de interpretação, assimilação e concentração. Pode ter dificuldade de organizar tempo/espaço, coordenação motora ao escrever uma palavra ou desenhar um simples círculo, reconhecer as cores e formas e encaixar figuras. Com isso, ela se cansa, sente desinteresse, se estressa e pode até se tornar agressiva. Diante dessas circunstâncias, o professor talvez não consiga acompanhá-la e os pais poderão não conseguir incentivá-la (Silva, 2024).

Os professores não recebem uma formação qualificada para lidar com os diferentes transtornos do Neurodesenvolvimento. Se sentem desconfortáveis e inseguros com a presença de alunos com TEA, TDAH entre outros casos. Estão mais habituados a resolver situações naturalizadas como a indisciplina, a rixa, o bullying, a dificuldade de aprendizagem, desinteresse e evasão. Mas a inclusão de crianças e jovens atípicos ainda gera muitas dificuldades. Nesses casos, o apoio do assistente terapêutico torna-se indispensável (Silva, 2024).

3. METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, utilizou-se da abordagem da pesquisa qualitativa, mediante o método bibliográfico e descritivo. A pesquisa qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada e contextualizada do fenômeno investigado, especialmente quando se trata de temáticas que envolvem aspectos subjetivos, sociais e humanos, como o desenvolvimento infantil e as práticas de intervenção voltadas a crianças neuroatípicas. Esse tipo de abordagem visa interpretar o significado das experiências, crenças, comportamentos e práticas

relacionadas ao objeto de estudo, levando em consideração as múltiplas dimensões que atravessam o sujeito e seu meio.

O método bibliográfico, por sua vez, fundamenta-se na análise de publicações já existentes, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais. De acordo com Gil (2002), esse método tem como finalidade identificar, examinar e discutir os referenciais teóricos e empíricos já produzidos sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento, identificar lacunas na literatura e posicionar sua investigação dentro do campo científico. Além disso, possibilita verificar se a proposta de estudo já foi abordada em outros contextos, fornecendo subsídios para o aprofundamento teórico e a construção de novas interpretações.

Enveredou-se também na modalidade de pesquisa descritiva, a qual tem como principal objetivo descrever características de determinada população, grupo social, fenômeno ou situação, sem, contudo, interferir diretamente sobre o objeto analisado. A pesquisa descritiva, conforme destaca Gil (2002), busca estabelecer relações entre variáveis e compreender suas ocorrências e correlações dentro de um determinado contexto. É amplamente utilizada nas ciências humanas e sociais por sua capacidade de captar a realidade de forma sistemática e objetiva, contribuindo para a análise crítica e reflexiva dos dados obtidos.

Dessa forma, a presente pesquisa foi construída a partir da coleta, seleção e análise de materiais disponíveis em bases científicas e fontes confiáveis, como livros especializados, artigos de revistas indexadas, documentos legais, dissertações e relatórios técnicos. Todo o processo foi guiado por critérios de relevância temática, atualidade e rigor metodológico, de modo a assegurar a consistência e a credibilidade do conteúdo discutido.

Ao optar por essa metodologia, o estudo se propôs a realizar um levantamento crítico e interpretativo do conhecimento produzido sobre o tema das contribuições da psicologia do desenvolvimento na intervenção com crianças neuroatípicas. Essa estratégia metodológica mostrou-se adequada não apenas para sustentar o embasamento teórico do trabalho, mas também para estimular reflexões sobre os desafios contemporâneos enfrentados por profissionais da área e promover o avanço do debate científico em torno da inclusão, da diversidade e do desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento na intervenção com crianças neuroatípicas, destacando a importância de compreender suas particularidades e potencialidades a partir de uma perspectiva que valoriza a diversidade do desenvolvimento humano. Por meio da fundamentação teórica e da abordagem de diferentes transtornos do neurodesenvolvimento, foi possível observar que o conhecimento sobre as fases do desenvolvimento infantil é essencial para a construção de práticas de intervenção mais eficazes, humanizadas e inclusivas.

As crianças neuroatípicas não devem ser vistas como portadoras de déficits a serem corrigidos, mas sim como sujeitos singulares, cujas formas de pensar, sentir e interagir com o mundo exigem abordagens que respeitem suas necessidades, ritmos e contextos. A Psicologia do Desenvolvimento, ao considerar os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores em sua totalidade, oferece um importante referencial para que os profissionais da psicologia possam atuar de maneira sensível, ética e baseada em evidências.

Contudo, o estudo também evidenciou os diversos desafios enfrentados pelos psicólogos na prática clínica e institucional, como as lacunas na formação inicial, a falta de recursos, a escassez de políticas públicas integradas e as dificuldades de articulação com outras áreas do conhecimento. Tais obstáculos reforçam a necessidade de uma atuação interdisciplinar e de uma formação continuada que possibilite ao psicólogo ampliar seu repertório teórico e técnico frente à complexidade do desenvolvimento atípico.

Portanto, reafirma-se a importância de fortalecer a interface entre teoria e prática no campo da psicologia do desenvolvimento, promovendo uma atuação mais eficaz na intervenção com crianças neuroatípicas. Além disso, destaca-se a urgência de ampliar o debate sobre neurodiversidade, desconstruindo estigmas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que reconheça e valorize as diferentes formas de ser e existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLSONI, Caroline Lopes; MACUCH, Regiane da Silva; BOLSONI, Ludmila Lopes Maciel. Neurodiversidade no meio acadêmico: reflexos das falhas educacionais em uma instituição de ensino superior no interior do Paraná. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313165836012/313165836012.pdf>. Acesso em: 04 abr., 2025.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- PONTE, Amélia Belisa Moutinho et al. Sentidos da maternagem para mães de crianças com transtorno do espectro autista. **Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, v. 14, n. 2, 2022. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/22727>. Acesso em: 14 abr., 2025.
- JÚNIOR, Francisco Wilson Nogueira; MAIA, Solange Neves dos Santos. Prática profissional de psicólogos que atuam com intervenção para o transtorno do espectro autista. **Interação psicol**, p. 115-125, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/Pratica_profissional_de_psicologos_que_atuam_com_i.pdf. Acesso em: 04 abr., 2025.
- MAIA, Christiane Martinatti. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Editora Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gS0yEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=related:SMdURNQ8uCwJ:scholar.google.com/&ots=WULiPo0Ihm&sig=FDbaYo-PHHWl6UJqANEFSGaftXo#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 abr., 2025.
- MIRANDA, Elaine. **Educação inclusiva e a parceria da família: uma dimensão terapêutica**. Literare Books, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=OYs0EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=P_T7&dq=Crian%C3%A7as+Neuroat%C3%ADpicas:+Conceito+e+Caracter%C3%ADsticas+miranda&ots=MvrL9xugm3&sig=AqOhvBiab3Wpsx1R9TrFV7Hjdzs#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 23 abr, 2025.
- PIOVESAN, Josieli et al., *Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem*. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18336>. Acesso em: 04 abr., 2025.
- PIRES, Henilly Larissa. **A Musicoterapia Como Técnica De Aprendizagem E Parte Do Plano Terapêutico De Crianças Neuroatípicas, Sob O Olhar Da Psicologia E Suas Abordagens: Behaviorismo, Humanismo E Psicanálise**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.faef.br/cloud/TCC/2022/20230602101013-0166.pdf>. Acesso em: 04 abr., 2025.
- SANTOS, Vanessa Nicolau Freitas; RAMOS, Phagner. A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva Histórico-cultural. **Rein-Revista Educação Inclusiva**, v. 6, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/806/992>. Acesso em: 04 abr., 2025.
- SILVA, Yasmim Macena da. **O papel do assistente terapêutico no processo de**

inclusão de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento no convívio familiar, social e escolar. 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33614>. Acesso em: 16 abr., 2025.

SILVEIRA, Zelia Medeiros. **A compreensão da psicologia histórico-cultural de Vigotski sobre a inclusão de crianças com deficiência:** um estudo sobre uma escola do município de Criciúma/SC. 2024. Disponível em:

<http://200.18.15.28/handle/1/10671>. Acesso em: 14 abr., 2025.

SOUZA, Juliana Martins de; VERÍSSIMO, Maria de La Ó. Ramallo. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 23, p. 1097-1104, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/37zgmVWz6vbm9YbBGTb5mbB/?lang=pt>. Acesso em: 04 abr., 2025.

XAVIER, Alessandra Silva; NUNES, A. I. B. L. Psicologia do desenvolvimento. **Editora: EDUECE. Fortaleza-CE**, 2015. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431892/2/Livro_Psicologia%20do%20Desenvolvimento.pdf Acesso em: 04 abr., 2025.